

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE		16.067	15.699	8.133	248
Disponibilidades	5	3	4	8.133	248
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.859	15.695	7.386	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.859	15.695	672	220
Outros créditos	6.a	205	-	75	28
Diversos		205	-	1.095	934
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.192	8.979	1.095	934
Outros créditos	6.a	10.192	8.979	1.095	934
Diversos		10.192	8.979	17.032	23.497
PERMANENTE		1	1	15.415	15.415
Investimentos		1	1	742	696
Outros investimentos	7	1	1	875	7.386
TOTAL DO ATIVO		26.260	24.679	26.260	24.679

PASSIVO	Nota explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE		8.133	248	8.133	248
Outras obrigações		8.133	248	7.386	-
Sociais e estatutárias	6.b	7.386	-	672	220
Fiscais e previdenciárias	6.c	672	220	75	28
Diversas	6.d	75	28	1.095	934
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.095	934	1.095	934
Outras obrigações		1.095	934	1.095	934
Fiscais e previdenciárias	6.c	1.095	934	17.032	23.497
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.032	23.497	17.032	23.497
Capital social		15.415	15.415	15.415	15.415
Reserva legal		742	696	742	696
Reservas especiais de lucros		875	7.386	875	7.386
TOTAL DO PASSIVO		26.260	24.679	26.260	24.679

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.415	664	6.791	-	22.870
Reserva legal	-	32	-	(32)	-
Reserva de lucros	-	-	595	(595)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	627	627
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.415	696	7.386	-	23.497
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.415	696	7.386	-	23.497
Pagamento de dividendos	-	-	(7.386)	-	(7.386)
Reserva legal	-	46	-	(46)	-
Reserva de lucros	-	-	875	(875)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	921	921
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.415	742	875	-	17.032
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	15.415	707	7.610	-	23.732
Pagamento de dividendos	-	-	(7.386)	-	(7.386)
Reserva legal	-	35	-	(35)	-
Reserva de lucros	-	-	651	(651)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	686	686
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.415	742	875	-	17.032

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações comprometidas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09; e h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foi efetuada reclassificação no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2012 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2013, como segue:

Balanço Patrimonial	dez-12	dez-12	dez-12
	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Circulante	1.154	-	1.154
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Realizável Longo Prazo	1.154	(934)	220
	-	934	934

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 24 de fevereiro de 2014.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • rovisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Im-**

posto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias são constituídos de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houveram indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação** - A divulgação do lucro por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 02 de janeiro de 2014 no montante de R\$ 15.859 (R\$ 15.695 em 2012).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades	3	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.859	15.695
Total	15.862	15.699

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2013	2012
Créditos tributários (nota explicativa nº 8 b)	463	376
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 9 b)	9.729	8.587
Impostos e contribuições a compensar	205	16
Total	10.397	8.979
Curto prazo	205	-
Longo prazo	10.192	8.979

b) Outras obrigações - sociais e estatutárias

	2013	2012
Dividendos a pagar	7.386	-
Total	7.386	-
Curto prazo	7.386	-

c) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Provisão para impostos e contribuições a pagar	671	214
Impostos e contribuições a recolher	1	6
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a)	1.095	934
Total	1.767	1.154
Curto prazo	672	220
Longo prazo	1.095	934

d) Outras obrigações - diversas

	2013	2012
Provisão para despesas de publicação	30	6
Provisão para despesas de auditoria	32	6
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 11)	13	12
Outras	-	4
Total	75	28
Curto prazo	75	28

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício	
		2013	2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		669	1.183	1.243	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		669	1.183	1.243	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		669	1.183	1.243	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		460	322	(232)	
Receitas de prestação de serviços		27	54	54	
Outras despesas administrativas	12	(297)	(541)	(538)	
Despesas tributárias		(26)	(69)	(64)	
Outras receitas operacionais	13	892	1.070	450	
Outras despesas operacionais	13	(136)	(192)	(134)	
RESULTADO OPERACIONAL		1.129	1.505	1.011	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		1.129	1.505	1.011	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	(443)	(584)	(384)	
Provisão para imposto de renda corrente		(305)	(409)	(255)	
Provisão para contribuição social corrente		(192)	(262)	(172)	
Ativo fiscal diferido		54	87	43	
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		686	921	627	
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		43,11	57,88	39,40	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre		2013	2012
		2013	2013		
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do semestre/exercício		686	921	627	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		50	74	91	
Constituição de provisão para riscos fiscais	13 b	104	161	134	
Impostos diferidos	8	(54)	(87)	(43)	
Lucro líquido ajustado		736	995	718	
Variação de ativos e obrigações		(519)	(832)	(699)	
(Aumento) em outros créditos		(1.047)	(1.331)	(522)	
Aumento (redução) em outras obrigações		528	499	(177)	
Caixa líquido investido nas atividades operacionais		217	163	19	
AUMENTO DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		15.645	15.699	15.680	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5	15.862	15.862	15.699	

7. OUTROS INVESTIMENTOS

	2013	2012
Ações e cotas:		
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	1	1
Total	1	1

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.505	1.011	1.505	1.011
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(376)	(253)	(226)	(152)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(3)	(7)	(2)	(4)
Outras despesas não dedutíveis				
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Outras	(30)	5	(34)	16
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(409)	(255)	(262)	(172)
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	54	27	33	16
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	(355)	(228)	(229)	(156)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2013			2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Base de cálculo						
Provisão para Riscos Fiscais				1.095	934	
Outras provisões - diversas				62	6	
Total				1.157	940	
Alíquota de imposto de renda e contribuição social				40%	40%	
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6 a)				463	376	
c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.						
Saldo inicial	235	141	376	208	125	333
Constituição de ativo fiscal diferido	54	33	87	27	16	43
Saldo final	289	174	463	235	141	376

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

Ano	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2013	-	-	-	-
2014	25	-	-	-
2015	-	-	-	374
2016	438	-	-	-
Total	463	174	463	376

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. - (Em milhares de reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 332 (R\$ 297 em 2012).
e) Medida Provisória nº 627 - Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL. Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Corretora.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	
	2013	2012
Saldo inicial	934	800
Constituição (nota explicativa nº 13 b)	105	78
Atualização (nota explicativa nº 13 b)	56	56
Saldo final.....	1.095	934

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

	2013		2012	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e Obrigações legais (i)	1.095	1.095	934	934
Perdas possíveis (ii)	90.211	-	85.601	-
Perdas remotas	451	-	439	-
Total de provisões.....	91.757	1.095	86.974	934
Depósitos Judiciais(*)		9.729		8.587

(*) Nota explicativa nº 6 a

(i) Perdas Prováveis e obrigações legais - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ R\$ 7.531 (R\$ 7.364 em 2012), auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal no montante de R\$ 69.222 (R\$ 65.838 em 2012) e de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 12.790 (R\$ 11.746 em 2012) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 8.270 (R\$ 7.349 em 2012), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração, serão distribuídos dividendos sobre lucros acumulados, no montante de R\$ 7.386 representando R\$ 0,46 por ação, a ser referendado na Assembleia Geral Ordinária. **c) Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora. **d) Reserva de Lucros** - O lucro líquido apurado no exercício de 2013, após a dedução da reserva legal, foi integralmente destinado para reserva de lucros.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)	2013	2012	Receitas (despesas)
Depósitos bancários.....	3	4	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.859	15.695	1.183	1.243
Outras obrigações – diversas (notas explicativas nºs 6.d e 12)	(13)	(12)	(153)	(152)
Total	15.849	15.687	1.030	1.091

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Despesas de serviços técnicos especializados	116	154
Despesas de processamento de dados	211	184
Despesas de alugueis - empresa ligada (*).....	33	32
Despesas de comunicações.....	-	11
Despesas de publicações.....	37	10
Contribuições filantrópicas	9	8
Despesas com entidades de classe	13	20
Despesas de serviços administrativos prestados – ligada (*)	120	120
Outras	2	19
Total	541	538

(*) Nota explicativa nº 11

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012
a) Outras receitas operacionais		
Atualização de depósitos judiciais.....	1.070	442
Outras	-	8
Total	1.070	450

b) Outras despesas operacionais

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a).....	105	78
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a)	56	56
Provisão para despesas com auditoria	31	-
Total	192	134

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes. Medida Provisória no 627 (MP 627/13) - Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória no 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre: • a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; • a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e • o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização. Entretanto, considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias, a Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva.

DIRETORIA

CONTADOR: Leandro dos Santos - CRC - SP 262040/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes** - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação aquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos - O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos descritos na nota 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, datado de 14 de fevereiro de 2013. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Corretora referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto. São Paulo, 28 de fevereiro de 2014

EY

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7 "S" SP